



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000826819

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0011259-17.2012.8.26.0084, da Comarca de Campinas, em que é apelante JULIO CÉSAR SALES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A.

ACORDAM, em 27ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores EDGARD ROSA (Presidente sem voto), MILTON CARVALHO E AZUMA NISHI.

São Paulo, 7 de novembro de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti

RELATOR

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 0011259-17.2012.8.26.0084
VOTO 16775

APELANTE: JÚLIO CÉSAR SALES DOS SANTOS

APELADO: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

COMARCA: CAMPINAS – FORO DE VILA MIMOSA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. EGON BARROS DE PAULA ARAÚJO

EMENTA

**AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DE VIDA –
AGRAVAMENTO DO RISCO – AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO
– NEXO DE CAUSALIDADE**

O agravamento intencional do risco “objeto do contrato” consubstancia causa de exclusão da garantia (art. 768, do Código Civil). Interpretação de acordo com o nexo de causalidade entre o agravamento e o risco causado ao “bem jurídico” segurado. Acidentado que não era habilitado para conduzir veículos, atingindo poste que se encontrava no acostamento, fato que afasta a garantia do seguro.

RECURSO IMPROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. decisão de fls. 302/306, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE o pedido inicial, condenando o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 2.000,00, observada a gratuidade.

Entendeu, o magistrado *a quo*, que não ocorreu a prescrição alegada, pois o termo inicial apenas inicia quando da ciência inequívoca da incapacidade, não tendo se verificado no caso em estudo, mormente se observada a formulação de pedido administrativo. Com relação ao mérito, disse haver cláusula expressa no contrato a exclusão de cobertura para o caso de o veículo segurado ser conduzido por pessoa não habilitada, de modo que agiu com acerto a ré ao negar pagamento da indenização. Afirmou que o fato é causa de agravamento do risco, observando que no caso em análise o condutor se chocou com um poste, causando o próprio acidente do qual foi vítima.

Irresignado, apelou o demandante, vencido.

Aduziu, em suma, que mantém com a ré um contrato de seguro com garantia em caso de invalidez total e permanente por acidente, tendo ocorrido o fato gerador do pagamento, pois foi vítima de acidente que lhe resultou graves sequelas físicas e incapacidade. Disse que o ato de dirigir sem habilitação e ter causado o próprio acidente não afasta a cobertura pelo seguro, pois o simples fato de não ser habilitado não gera perigo de

APELAÇÃO Nº 0011259-17.2012.8.26.0084
VOTO 16775

dano ou é capaz de agravar o risco do contrato. Disse que perícia médica já reconheceu sua completa incapacidade, evidenciando-se a responsabilidade da seguradora em efetuar o pagamento, pois assumiu o risco de o segurado se tornar incapaz. Sustentou a ocorrência de ofensa moral e argumentou, no mais, pela reforma da r. decisão, dando-se provimento ao recurso interposto.

Processado o apelo sem o recolhimento do preparo respectivo, diante da gratuidade concedida, restou ele respondido, sendo os autos posteriormente remetidos a este Tribunal.

É a síntese do necessário.

Trata-se de ação por meio da qual pretende o autor ver a ré condenada ao pagamento de seguro por invalidez, bem como indenização por danos morais, em virtude da ocorrência de acidente de veículo que lhe causou incapacidade total e permanente. O pleito foi integralmente rejeitado pelo magistrado *a quo*, insurgindo-se o demandante contra tal decisão por meio deste recurso de apelação.

De fato, conforme se verifica dos documentos trazidos aos autos com a petição inicial, nota-se que o demandante é beneficiário de seguro coletivo de pessoas, de acordo com cópia de fls. 24, havendo cobertura para os casos de morte e invalidez. Em tese, portanto, faria jus ao recebimento de quantia em decorrência dos eventos ali previstos.

Entretanto, da leitura do boletim de ocorrência lavrado no momento seguinte ao acidente que o vitimou é possível notar que (fls. 32):

... o veículo Ford/ Escort (...) que trafegava sentido Campinas havia perdido a direção e chocado em um poste, além do acostamento.

E referido sinistro decorreu do fato de que o condutor do veículo – o próprio segurado, ora apelante – conduzia o automóvel sem ter habilitação para tanto, conforme inclusive destacado em sua petição inicial, parecendo bastante evidente o nexo de causalidade entre o acidente a falta de habilitação, afinal, o poste (paralisado, evidentemente) foi atingido pelo veículo, que invadiu o acostamento e acertou objeto imóvel.

A recusa da seguradora ao pagamento, portanto, se mostra legítima, constando

APELAÇÃO Nº 0011259-17.2012.8.26.0084
VOTO 16775

expressamente das cláusulas contratuais que configura uma hipótese de “risco excluído” os acidentes em que o segurado, sem a devida habilitação, for o condutor do veículo (fls. 255). E no caso em estudo, o apelante não tinha habilitação para dirigir.

Não há dúvida que a violação às normas contratuais implicou no rompimento do vínculo firmado entre as partes, sem contar que o artigo 768 do Código Civil preceitua que o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato, tal como ocorreu na hipótese “sub judice”. Em situações análogas, a jurisprudência desta Corte tem orientado:

“SEGURO DE VIDA EM GRUPO - AÇÃO DE COBRANÇA - Autores beneficiários de segurado que faleceu em acidente de trânsito - Conjunto probatório hábil a demonstrar que o sinistro ocorrera por culpa exclusiva do segurado, não habilitado para conduzir motocicletas - Excludente de cobertura por agravamento do risco - Indenização, pela cobertura Indenização Especial por Acidente, indevida - Ação improcedente – Recurso desprovido.” (Apelação nº 0021046-07.2010.8.26.0451 - 19ª Câmara Extraordinária de Direito Privado - Relator Des. Melo Bueno - j. 12/8/2015)

Não se pode exigir da seguradora, diante disso, cobertura de risco não contratado.

Assim, tenho que o magistrado *a quo* solveu com peculiar clareza e riqueza de fundamentação a lide exposta em Juízo dando à causa a solução justa e adequada, conforme amplo precedente jurisprudencial e doutrinário, cuja segura conclusão pronunciada não merece ser reformada pelas razões do recorrente, verificando-se que nas razões recursais não há nenhum elemento novo, mas tão-somente a reiteração de questões já enfrentadas pela decisão de primeiro grau.

E outros fundamentos são dispensáveis diante da adoção integral dos que foram deduzidos na r. decisão, e aqui expressamente adotados para evitar inútil e desnecessária repetição.

Destarte, NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora